



## IGREJAS INCLUSIVAS ENTRE (DES)REGULARIZAÇÕES: ACONTECIMENTO DISCURSIVO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

*INCLUSIVE CHURCHES BETWEEN (DE)REGULARISATIONS: DISCURSIVE EVENTS AND CONDITIONS OF PRODUCTION*

Dilermando Moraes Costa (UFRRJ)<sup>1</sup>  
[diler\\_costa@yahoo.com.br](mailto:diler_costa@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é apresentar a emergência das igrejas inclusivas como um acontecimento discursivo, que considerou a inserção de sujeitos LGBTQIA+ no seio do protestantismo. Partimos do pressuposto de que essa emergência foi possibilitada por condições de produção que defendiam a diversidade sexual e de gênero como constitutiva do sujeito e conciliável à fé protestante. Compreendemos que essas condições de produção desafiaram a regularidade de uma configuração discursiva que excluía essas diversidades da vida em sociedade. Apresentaremos dois desses momentos discursivos, os quais objetivaram sustentar ideias de exclusão das diversidades no Brasil: o primeiro, dominado pela formação discursiva religiosa (católica, hegemônica à época); o segundo, pela formação discursiva cientificista (médico-higienista). Este trabalho se fundamenta na Análise de Discurso materialista (PÊCHEUX, 2014a; 2014b), mobilizando noções, como a de acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1999; 2015e) e a de condições de produção (PÊCHEUX, 2015a; 2015b; 2015c), para refletir acerca das tensões que participaram da construção do pensamento sobre diversidades sexual e de gênero. Esse movimento marcado por (des)regularizações, ou seja, rupturas e permanências, propiciou o surgimento dessas igrejas no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de Discurso, igrejas inclusivas, diversidades sexual e de gênero.

**ABSTRACT:** This paper aims to present the emergence of inclusive churches as a discursive event, which considered the inclusion of LGBTQIA+ subjects within protestantism. We start from the assumption that this emergence was made possible by production conditions that defended sexual and gender diversities as constitutive of the subject and, therefore, reconcilable to the expression of protestant christian faith. We understand that these production conditions challenged the regularity of a discursive configuration that excluded those diversities from social life. We discuss two of these discursive moments, which aimed to sustain, each in its own way, an idea of excluding diversities in Brazil: the first one, dominated by religious discursive formation (catholicism, hegemonic at the time); the second one, dominated by scientific discursive formation (medical-hygienist). The theoretical framework used in this paper is Discourse Analysis (PÊCHEUX, 2014a; 2014b), which provides us with notions such as discursive event (PÊCHEUX, 1999; 2015e) and production conditions (PÊCHEUX, 2015a; 2015b; 2015c). Based on those notions, it is possible to reflect upon the tensions that are considered in the social construction of sexual and gender diversities. This movement propitiated the emergence of inclusive churches in Brazil in a context marked by (de)regularizations - ruptures and permanences.

<sup>1</sup> Pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2022-2023). Doutor em Humanidades, Culturas e Artes (2017). Mestre em Letras e Ciências Humanas (2014). Graduado em Letras português/inglês (2006), em História (2020) e em Teologia (2021). Estudou na Illinois State University (EUA) com bolsa da CAPES/Fulbright (2014). Professor da graduação e da extensão do Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação (IBMR). Docente efetivo do ensino básico, técnico e tecnológico do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR/UFRRJ).

**KEYWORDS:** Discourse Analysis, inclusive churches, sexual and gender diversities.

## INTRODUÇÃO

Refletir acerca da contemporaneidade e das transformações em curso implica considerar uma vasta gama de processos sociais e políticos, os quais apresentam (des)regularizações quando examinados à luz da história. Isso quer dizer que os sentidos, os saberes e as práticas, socialmente reconhecidos em dado momento, a partir das contradições da história, passam por desestabilizações, reclamando outras interpretações acerca da realidade. A disponibilização mais rápida de informações à parte da população, ainda que não afiance a construção de conhecimentos (ORLANDI, 2017a), nos aponta à necessidade de refletir sobre temáticas, muitas vezes, tratadas de forma espinhosa ao longo do tempo. Um exemplo disso está nas questões de diversidades sexual e de gênero, que, ao longo da história, enfrentam processos de marginalização quando não correspondem à norma da heterossexualidade.

Neste trabalho, apresentaremos um tema considerado bastante controverso, pois coloca em relação dois pontos historicamente tratados como irreconciliáveis: as diversidades sexual e de gênero e o protestantismo<sup>2</sup>. Nossa investigação se volta à emergência das chamadas igrejas inclusivas, que, na segunda metade do século XX, começaram a advogar a favor da legitimação de práticas e de identidades não heterossexuais dentro das igrejas protestantes.

Defendemos que esse movimento inclusivo seguiu na esteira de mudanças proporcionadas pela expansão do capitalismo, uma vez que este, ao transferir o centro das relações de trabalho da unidade familiar à iniciativa individual (e assalariada), legitimou outras identidades a partir do processo de individuação do sujeito pelo Estado (ORLANDI, 2009). O sistema capitalista permitiu que práticas, até então socialmente necessárias, como o casamento e a procriação, se arrefecessem diante da ‘liberdade’

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, optamos por não detalhar/diferenciar os significantes *protestante* e *evangélica*, alinhando-nos às reflexões iniciadas por Musskopf (2012).

conferida aos sujeitos, promovendo, como explica Orlandi (2009, p. 219), “um sujeito livre e responsável”, mas assujeitado à ideologia. Com a possibilidade de venda da força de trabalho individualmente, a família perdeu a centralidade na vida econômica e os sujeitos puderam se entregar aos desejos sexuais de forma mais livre (D’EMILIO, 2007).

Na primeira parte deste artigo, introduziremos o referencial teórico que fundamenta o trabalho: a Análise de Discurso (PÊCHEUX, 2014a; 2014b; 2015a; 2015b; 2015c), doravante AD. Em seguida, defenderemos a emergência das igrejas inclusivas como um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1999; 2015e), que colocou em xeque imagens e sentidos socialmente cristalizados sobre as diversidades sexual e de gênero. Mobilizaremos, também, noções como a de interdiscurso e de materialidade discursiva, entre outras, para expandir a discussão.

Na segunda parte deste texto, trabalharemos outras noções da AD: momentos discursivos e configuração discursiva (ZOPPI-FONTANA, 2014), assim como condições de produção (PÊCHEUX, 2015b). Nosso debate abordará pontos importantes quanto às diversidades sexual e de gênero ao longo da história, refletindo, principalmente, acerca do Brasil. Defendemos que, ao longo dos séculos, as práticas e as identidades não heterossexuais foram tratadas como pecaminosas e/ou patológicas. Esses discursos, ainda hoje, contribuem com posicionamentos preconceituosos sobre sexualidade e gênero a despeito de toda a informação disponível.

Embora nossa discussão focalize a emergência das igrejas inclusivas no Brasil, compreendemos que as reflexões aqui propostas podem apresentar similaridades quanto à presença dessas igrejas em outras partes do mundo. Acreditamos, também, que este trabalho tem o potencial de fortalecer a aproximação entre a Análise de Discurso e os Estudos Teológicos, especialmente quando estes se debruçam sobre a relação entre diversidades sexual e de gênero e protestantismo.

## **1. Análise de Discurso e igrejas inclusivas: (outros) sentidos em (des)regularização**

A relação do homem com a linguagem é fascinante e já há séculos permite diferentes enfoques teóricos para compreendê-la e explicá-la. A literatura bíblica, fundamental ao cristianismo (católico, protestante e afins), apresenta diferentes formulações discursivas para explicar a relação entre o divino, o humano e o linguístico: a título de exemplificação, no livro de Gênesis<sup>3</sup>, observamos que o mundo e seus elementos foram criados a partir do proferimento da palavra de Deus; no mesmo livro, nos deparamos com uma passagem bíblica bastante conhecida: a Torre de Babel<sup>4</sup>, em que encontramos a informação de que a variedade de línguas existentes também seria resultado da intervenção divina.

A AD põe em relação, além da língua, o sujeito, a ideologia e a história na constituição do objeto teórico discurso. Ou seja, partimos do pressuposto de que usamos a mesma base linguística, porém não produzimos, necessariamente, os mesmos discursos; de que estamos assujeitados a ideologias, mas nem sempre às mesmas; e de que somos afetados pela história, no entanto, tendemos a estar alheios aos movimentos e às contradições desta.

Nas palavras de Mالدیدیر (2003, p. 23), o discurso “deve ser tomado como um conceito que não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional da linguagem”. Essa noção se opõe frontalmente à ideia de transparência da língua por defender que os sentidos só são possíveis através dos posicionamentos ideológicos, os quais, por sua vez, também só existem no movimento da história.

A perspectiva discursiva adotada nos remete a questões teóricas em torno do filósofo francês Michel Pêcheux e de um grupo diversificado de pesquisadoras e pesquisadores que começaram a dar forma à AD entre o final da década de 1960 e meados de 1970. Segundo a perspectiva discursiva, os sujeitos vivem a ilusão de serem donos de si e de seus dizeres (PÊCHEUX, 2014a; 2014b; INDURSKY, 2013; ORLANDI, 2015), mas, na verdade, resultam de um processo de assujeitamento a uma ideologia. Segundo Orlandi

<sup>3</sup> C.f. Gênesis, capítulo I da Bíblia Sagrada.

<sup>4</sup> C.f. Gênesis, capítulo XI da Bíblia Sagrada.

(2017b, p. 206), a ideologia se trata da “relação imaginária que liga os sujeitos a suas condições materiais de existência” e que, portanto, orienta a forma como estes interpretam a realidade. Giménez (1991, p. 10, destaques no original) acrescenta que “a ideologia não é uma dissimulação, mas uma interpretação de significado em uma determinada direção ou, melhor, a imposição virtualmente coercitiva de **uma** interpretação que é sempre apresentada como **a** interpretação”, o que reforça a naturalização de sentidos que ela opera na interpretação da realidade.

A partir da identificação ideológica, o indivíduo passa a ser sujeito e suas ações se coadunam com os princípios da ideologia (PÊCHEUX, 2014a; 2014b; ORLANDI, 2015; 2017b). Com base nas conceituações do filósofo Althusser, o pesquisador Henry (2014, p. 31) reforça que “não existe prática senão sob uma ideologia. Em outras palavras, todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito”, para ocupar um lugar social numa conjuntura dada (PÊCHEUX; FUCHS, 2014), ainda que inconscientemente.

A noção chamada de formação ideológica se refere a um conjunto complexo de representações que particulariza a ideologia de modo a fazê-la intervir de forma específica na vida dos sujeitos (PÊCHEUX; FUCHS, 2014). Diante disso, o sujeito pode ser afetado por diferentes formações ideológicas (políticas, religiosas, econômicas etc.), as quais entram em relação de aliança ou de conflito, se (des)regularizam e se (entre)tecem numa teia complexa.

A emergência do discurso decorre de um dos componentes da formação ideológica: a formação discursiva, ou seja, o que pode e/ou deve ser dito a partir do lugar social ocupado pelo sujeito (PÊCHEUX; FUCHS, 2014; PÊCHEUX, 2014b), pois as formações discursivas “[...] representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014b, p. 147). Estamos falando, portanto, de um sistema discursivo integrado, no qual cada elemento particular responde a um mais geral.

Outra noção crucial da AD para este estudo é a de acontecimento discursivo. Para introduzir essa noção, Pêcheux recorreu à eleição de François Mitterand, candidato ao governo da França. Pêcheux (2015e, p. 19) não apenas frisa a data e especifica a hora da

eleição, mas também descreve o impacto desta, a respeito da qual ocorre o que ele chama de “confronto discursivo”; ou seja, há um acontecimento histórico que produz interpretações e discursos opostos.

Esse confronto discursivo reitera a opacidade da língua, que só faz sentido quando compreendemos seu movimento enquanto discurso. A noção de acontecimento discursivo se integra a outras duas noções cruciais: a de memória discursiva, ou interdiscurso, que não deve ser confundida com memória individual e/ou psicológica (INDURSKY, 2013; ORLANDI, 2017b); e a de materialidade discursiva, que não deve ser confundida com a língua (PÊCHEUX, 2015c).

Sobre o interdiscurso, Orlandi (2007, p. 87-88) o define como “[...] conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido [...] Ele se apresenta como série de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória”. Essa compreensão confere à memória um estatuto sócio-histórico-ideológico, o qual participa das variações e das transformações dos sentidos no processo discursivo (INDURSKY, 2013).

Como toda atividade humana requer interpretação a partir da formação ideológica que nos assujeita, o interdiscurso se manifesta o tempo todo nas práticas sociais. Todas as formações discursivas se relacionam no interdiscurso, retirando deste as possibilidades de dizer alinhadas às determinações da formação ideológica. A outra noção que participa do acontecimento discursivo é a de materialidade discursiva, a qual, segundo Pêcheux (2015c, p. 151-152), é o

[...] nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as ‘mentalidades’ de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada.

A articulação entre essas duas noções (memória discursiva e materialidade discursiva) nos permite compreender que os dizeres, os saberes e os posicionamentos, por exemplo, podem parecer estabilizados/regularizados em certa conjuntura pelas relações de correspondência que assumem, produzindo a naturalização de sentidos. Contudo, o que



parece estabilizado, socialmente reconhecido, apaga/silencia outros posicionamentos marginais, como um resíduo indesejável.

Toda regularização de sentidos e de saberes pode ser abalada pelos embates que vão surgindo ao longo da história. É isso que Pêcheux (2015e, p. 27) propõe ao ilustrar a noção teórica de acontecimento discursivo com um evento histórico:

a partir do exemplo de um acontecimento, o do dia 10 de maio de 1981, a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas.

Alinhados a esse pensamento, compreendemos que o acontecimento discursivo não ocorre como obra do acaso, pois ele tensiona, a partir da materialidade de um evento, saberes regularizados pela memória discursiva. Para Pêcheux (2014a, p. 76), “o discurso sempre se conjuga sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima”, mas essa matéria-prima não tem de estar, obrigatoriamente, em aliança, pois pode ser um discurso que rompa com certa lógica através de um “[...] jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a lei dos [saberes] implícitos”.

Em síntese, o acontecimento discursivo opera como “o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2015e, p. 16), emergindo de embates que desafiam a (ilusão de) verdade predominante em certa conjuntura, além de ressignificarem sentidos cristalizados. Em outros termos, existem condições de produção, como veremos mais adiante, que provocam as (des)regularizações nos sujeitos e na história.

Ao abordarmos a emergência das igrejas inclusivas, não nos propomos a traçar um panorama histórico dessa denominação, pois sabemos que os ideais de gênese e de linearidade podem obliterar processos anteriores ao acontecimento discursivo. Buscamos, no entanto, apresentar a emergência dessas igrejas por identificarmos a irrupção de outros sentidos, tanto sobre as diversidades sexual e de gênero quanto a respeito da inclusão de sujeitos LGBTQIA+ no protestantismo.

Em linhas gerais, podemos compreender as igrejas inclusivas como organizações religiosas que se formam num movimento polêmico: ao mesmo tempo em que se alinham a fundamentações protestantes, como autoridade de Cristo, a validade da Bíblia, o perdão dos pecados etc., também rompem com orientações religiosas que, tradicionalmente, condenam as diversidades sexual e de gênero. Em outras palavras, “trata-se de grupos<sup>5</sup> marginais, cuja legitimidade é questionada por um saber teológico e/ou um poder eclesiástico que se querem normativos” (MUSSKOPF, 2012, p. 240) e “[...] que surgiram e se organizaram por estas pessoas [LGBTQIA+] não poderem viver sua religiosidade nas igrejas tradicionalmente construídas” (MUSSKOPF, 2021, p. 26).

As denominações inclusivas, no entanto, diferem entre si na maneira como constroem suas propostas e identidades religiosas: há aquelas que valorizam mais os aspectos voltados a práticas espirituais, através do que chamamos de uma assimilação do legado moral e das tradições protestantes já cristalizadas; e existem também aquelas igrejas que assumem um projeto político mais alinhado às demandas da comunidade LGBTQIA+, assim como defendem a aproximação entre o protestantismo e outras orientações religiosas, o que tende a ser muito incomum no cenário protestante brasileiro.

Reafirmamos que nenhum acontecimento discursivo surge num vazio, pois sempre há discursos em disputa constituindo a configuração discursiva. Na próxima seção, calibraremos nosso olhar para refletirmos acerca das condições de produção que contribuíram para emergência de discursos inclusivos, os quais contribuíram para que essas igrejas encontrassem, no Brasil, um campo fértil para seu acontecimento.

## **2. Tensões e (des)regularizações discursivas**

Ao longo da história do Brasil, observamos disputas de sentidos sobre as diversidades sexual e de gênero. Ao construirmos certa cronologia para apresentar esses

---

<sup>5</sup> Musskopf (2012; 2021) ressalta que há grupos que não se denominam como Igrejas inclusivas, por se organizarem em outro formato, como grupos de estudos etc. Segundo o teólogo, alguns até rejeitam o termo *igreja* por entenderem que essa nomenclatura não corresponde às suas necessidades ou, até mesmo, que remetem a práticas opressivas.



confrontos, não estamos defendendo uma compreensão linear ou ascendente de história, mas, sim, destacando a recorrência de discursos que excluía sujeitos da vida social quando estes não se apresentavam alinhados às práticas morais que hoje chamamos de heterossexualidade. Atualmente, ainda podemos reconhecer ecos de discursos de exclusão.

Neste trabalho, apresentaremos essa recorrência através dos momentos discursivos, que são as

[...] delimitações de regiões (ou estados) de discurso definidas pela repetição, pela reformulação de sentidos, pela continuidade de rituais enunciativos que estabilizam os processos de produção de sentido através do funcionamento discursivo da paráfrase (ZOPPI-FONTANA, 2014, p. 55).

O momento discursivo, pelo seu caráter específico, pode ser incluído numa outra noção, a de configuração discursiva, que, por sua vez, se constitui das relações entre as formações discursivas (FDs), a partir das quais “[...] se organizam as posições de sujeito e os funcionamentos discursivos, que caracterizam um estado determinado dos processos discursivos” (ZOPPI-FONTANA, 2014, p. 54). Ao longo da história brasileira, sentidos negativos sobre as diversidades sexual e de gênero foram predominantes. As justificativas para esses discursos excludentes puderam ser observadas em, ao menos, dois momentos discursivos diferentes: no primeiro momento, havia a predominância da FD religiosa; no segundo, da FD cientificista. Uma FD não excluía a outra, mas uma experimentava maior destaque em certo momento na produção de discursos.

Chamamos de FD religiosa aquela que determinava o que podia e devia ser dito em conformidade com os dogmas da religião católica, hegemônica durante boa parte da história do Brasil. Essa FD se apoiava na interpretação da Bíblia conforme orientação da Igreja Católica. Por outro lado, a FD cientificista se baseava numa compreensão positivista de ciência, produzindo efeitos de verdade e de objetividade, que encontravam na relação homem e mulher a única forma aceitável de constituição familiar.

O primeiro momento discursivo, dominado pela FD religiosa, exercia bastante influência desde a época da colonização, regularizando práticas sobre o sexo, o casamento,

a procriação etc. Musskopf (2012) e Lima (2021) explicam, no entanto, que já há muitos séculos era possível observar outras formas de sexualidade entre os povos nativos no Brasil Colônia, o que conflitava com a compreensão religiosa de natureza/normalidade sexual. Segundo Musskopf (2012), isso não passou impunemente aos olhos do Santo Ofício, pois essas práticas eram vistas como ameaças à vontade Deus, antinaturais e abomináveis.

A FD religiosa se apoiava numa leitura dos textos bíblicos pelo conteúdo dos próprios textos, descolando a materialidade linguística de suas condições de produção - cultura secular, formação social patriarcal etc. Desse gesto de leitura, ainda hoje, despontam discursos que desconsideram as complexidades da sexualidade. A esse respeito, Lima (2021, p. 15) acrescenta:

No mundo religioso cristão, muitas vezes se fazem citações descontextualizadas da Bíblia ou simplificações indevidas da doutrina, com extrema rigidez e forte ímpeto condenatório dirigidos aos LGBT+. Algumas vezes, elas e eles são submetidos a oração de “cura e libertação” para mudarem sua condição ou identidade.

No século XIX, identificamos a emergência de outro momento discursivo, o qual também regularizava os sentidos negativos sobre as diversidades sexual e de gênero, mas, desta vez, alinhados à FD cientificista. O discurso relacionado à medicina higiênica

[...] deixou, então, de ser apenas um recurso para o tratamento de doenças que afetavam os indivíduos e passou a influenciar, através de estratégias de higiene social, desde a vida íntima das pessoas até questões sociais mais amplas como as estruturas das cidades e das habitações e a relação entre diferentes grupos sociais”. (MUSSKOPF, 2012, p. 126).

Esse discurso de cunho científico objetivava romper com as questões religiosas que regularizavam a prática sexual no Brasil colônia. Eram recorrentes nessa FD os discursos que estimulavam o sexo e que contribuíam para a formação da criança, do bem-estar da família e do crescimento da sociedade. A saúde, portanto, ganhava novas atenções por lançar luz sobre a vida íntima dos sujeitos. Contudo, “ao colocar a saúde e o desenvolvimento da criança no centro das preocupações da família, a medicina higiênica

definiu a reprodução como a função principal da sexualidade, mantendo as premissas da moral religiosa e da tradição patriarcal” (MUSSKOPF, 2012, p. 219). Observamos, então, que o discurso cientificista reforçou o viés de sexualidade enquanto prática reprodutiva, como era defendido anteriormente pela FD religiosa.

Esse momento discursivo, marcado pelo olhar científico, contribuiu para a marginalização da não heterossexual, referida como infértil, a qual “[...] passou não apenas a ser objeto de intervenção médica para cura, mas também caso de polícia, numa aliança entre medicina e poder policial” (MUSSKOPF, 2012, p. 138). Nesse momento discursivo, esses sujeitos não eram mais aqueles que precisavam de redenção, mas, sim, de cura para o desejo. Lima (2021) acrescenta que, entre os séculos XIX e XX, a medicina aplicou diversas técnicas ao corpo e à mente com vistas a curar o que entendia como doença. Como exemplos, o pesquisador cita camisa de força, a medicalização, os choques elétricos etc.

Segundo Musskopf (2012), embora a visão sobre diferentes práticas sexuais tenha sido debatida de forma mais complexa ao longo dos séculos XIX e XX, também devido a influências advindas de pensamentos estadunidenses e europeus em diálogo com a psicologia e com a sociologia, essa discussão não conseguiu alcançar a toda sociedade, ficando restrita a uma parte da elite brasileira. Nos Estados Unidos, também, a expansão do capitalismo, segundo D’Emilio (2007, p. 251, tradução livre), permitiu outras configurações sexuais, uma vez que

a expansão do capital e a disseminação do trabalho assalariado efetuaram uma profunda transformação na estrutura e nas funções da família nuclear, na ideologia da vida familiar e no significado das relações heterossexuais. São essas mudanças na família que estão mais diretamente ligadas ao aparecimento de uma vida gay coletiva.

Diante disso, entendemos que diferentes discussões em torno das diversidades sexual e de gênero se adensaram também devido à individuação do sujeito pelo Estado (ORLANDI, 2009), ou seja, pela nova configuração política e econômica que alimentava a ideia de liberdade a partir da independência financeira. As condições de produção para um discurso inclusivo sobre as diversidades começaram a se fortalecer diante da construção

de um modo de vida gay (D'EMILIO, 2007), partindo do entendimento de que as identidades só são possíveis à luz da histórica, na relação dos sujeitos com a alteridade (ORLANDI, 2017b).

Entendemos as condições de produção como o “conjunto da descrição das propriedades relativas ao destinador, ao destinatário<sup>6</sup> e ao referente” (PÊCHEUX, 2015b, p. 214). Esse conjunto funciona à luz da “*tomada de posição* do ‘sujeito falante’ em relação às representações das quais ele é o suporte” (PÊCHEUX, 2015a, p. 129 – destaque no original). De forma mais sucinta, essa noção se refere, segundo Orlandi (2015; 2017b), à articulação entre sujeitos, contextos imediato e amplo e memória. Pensando nessa tríade -sujeito, contextos e memória- avançaremos na discussão.

Ainda na segunda metade do século XX, a configuração discursiva que excluía sujeitos LGBTQIA+ não dava mais conta de explicar satisfatoriamente essa marginalização. Embora essa configuração ainda fosse contrária às diversidades emergentes, outras formações discursivas começaram a se fortalecer, tanto apoiadas em discursos científicos sobre a sexualidade quanto na autonomia financeira do sujeito (D'EMILIO, 2007).

Assim, outro momento discursivo começava a se constituir, no qual se reconhecia a urgência de legitimação de um grande grupo que se mostrava produtor de receitas, capaz de realizar investimentos e presente em diferentes espaços sociais. Contudo, é importante salientar que as mudanças se desenvolveram ao longo do tempo, através de embates constantes. As lutas a favor das diversidades sexual e de gênero enfrentaram repressões policiais em diversos países, bem como a perseguição nazista; tudo isso apoiado na ideia de heterossexualidade como única forma legítima de existir.

No Brasil, devido ao regime ditatorial de 1964, essas reflexões demoraram mais para irromper. Segundo Camargos (2018, p. 422 – destaque no original),

---

<sup>6</sup> Para fugirmos da armadilha da transparência da língua, presente no esquema comunicacional de Jakobson, optamos por utilizar, neste trabalho, o termo interlocutores, alinhando-nos à noção de formações imaginárias (C.f. PÊCHEUX, 2014), as quais constituem a enunciação (PÊCHEUX, 2015a).

somente em 1978 surge, na cidade de São Paulo, o primeiro grupo gay organizado e disposto a assumir uma luta política – o grupo SOMOS. Logo em seguida, os integrantes deste grupo criaram um importante jornal – *O Lampion da Esquina* – que fazia uma interação entre o movimento ecológico, negro, feminista e gay.

Acerca do SOMOS, Trevisan (2018) explica que a proposta do grupo era eminentemente política e se pautava na busca pela livre vivência da sexualidade. Esse posicionamento resultou em ataques da ideologia política de direita, bem como experimentou certo desprezo por parte da esquerda (com a qual se identificava ideologicamente). O objetivo do SOMOS incluía o empoderamento de pessoas marginalizadas devido à orientação sexual, o que já ocorria em outros países, além de buscar diálogos com outros movimentos minoritários, como o feminista e o negro (MUSSKOPF, 2012).

Todavia, a epidemia da HIV/AIDS foi um grande desafio a sujeitos LGBTQIA+, pois os colocava em atrito, novamente, com as FDs religiosa e cientificista. Elas tentavam, mais uma vez, se tornar hegemônicas diante de um cenário de grande expansão sobre questões e identidades sexuais. Trevisan rememora (2018, p. 145):

Não muito depois da implosão do *Somos*, eclodiu a Aids, então conhecida apenas pelo nome de uma de suas doenças oportunistas: Sarcoma de Kaposi, um câncer de pele que vinha atacando mundialmente a comunidade homossexual masculina. [...] Na mídia, os médicos mais conservadores instauravam um clima de terror e perseguição à comunidade homossexual.

Seguindo colocações de Trevisan, entendemos que a associação direta entre HIV/AIDS e práticas não heterossexuais trouxe prejuízos notórios à saúde física e mental de sujeitos LGBTQIA+, bem como à imagem social desse grupo. Musskopf (2012) acrescenta que o enfrentamento à epidemia permitiu, por outro lado, a criação de Organizações Não Governamentais (ONG) majoritariamente lideradas por sujeitos LGBTQIA+. Tais iniciativas permitiram ações de esclarecimento quanto à doença e sobre os riscos do vírus para todos os sujeitos.

Em diferentes países latino-americanos, a epidemia da HIV/AIDS diminuiu a fissura existente entre sujeitos não heterossexuais e o protestantismo através das ações das ONGs:

Nelas, muitas pessoas GLBT encontraram um espaço seguro para discutir políticas e ações públicas e desconstruir o discurso religioso que perpetuava a marginalização da comunidade GLBT e das pessoas vivendo com HIV e AIDS através de debates e discussões sobre religião. (MUSSKOPF, 2012, p. 236-237).

Observamos que reflexões teológicas ganharam substancialidade diante de uma crise sanitária. Miskolci (2016, p. 23) explica que “a epidemia [HIV/AINDS] é tanto um fato biológico como uma construção social. [...] acabou sendo compreendida como uma doença sexualmente transmissível, quase um castigo para aqueles que não seguiam a ordem sexual tradicional”. Contudo, pensar a doença como uma condenação divina não se sustentava mais à medida que se avançava no conhecimento sobre a natureza do vírus, bem como se reconhecia que não apenas sujeitos LGBTQIA+ poderiam se infectar.

Na esteira de mudança, percebemos o crescimento de um forte ativismo político. A Parada Gay se consolidou como um importante ícone para o movimento LGBTQIA+, no Brasil e no mundo. Musskopf (2012) e Camargos (2018) apontam o ano de 1997 como o do primeiro evento no Brasil, ocorrido na cidade de São Paulo. É fundamental reforçar, porém, que outras ações (ato, marcha, exibição fílmica etc.) gestaram essa primeira grande manifestação, cuja “proposta era buscar visibilidade” (CAMARGOS, 2018, p. 426) para sujeitos LGBTQIA+. A emergência das igrejas inclusivas vem nessa toada, pois, como já comentado, a epidemia do HIV/AIDS trouxe a necessidade de conforto e de respostas para as agruras humanas diante da possibilidade de morte e de outras incertezas da vida.

Geralmente, um dos primeiros movimentos relacionados à emergência das igrejas inclusivas nos remete aos Estados Unidos, no ano de 1968, com a fundação da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), a qual se autointitula a primeira dessas igrejas<sup>7</sup>. Contudo, é importante pontuar que, segundo expõe Natividade (2010), na década de 1990,

---

<sup>7</sup> Esta informação consta no site oficial da Igreja da Comunidade Metropolitana. Disponível em: <<https://www.mcccchurch.org/overview/history-of-mcc/>>. Acesso em: 22 fev. 2022.



era possível observar movimentos que buscavam conciliar diversidades sexual e de gênero e protestantismo no Brasil, não necessariamente relacionados à ICM; por exemplo, a reunião de um pequeno grupo no Centro Acadêmico de Alunos de História da USP (CAHEUSP) e o trabalho do Pastor Nehemias Marien, defensor do acolhimento de sujeitos LGBTQIA+ na igreja que pastoreava sem que estes prescindissem de suas práticas sexuais.

A ICM chegou ao Brasil, oficialmente, no início dos anos 2000, sendo uma das primeiras igrejas inclusivas no Rio de Janeiro (NATIVIDADE, 2010; MUSSKOPF, 2021). A inauguração dessa igreja ocorreu em um hotel da Cidade do Rio de Janeiro, durante a II Conferência da ICM e, segundo matéria do Jornal do Brasil<sup>8</sup>, já era, à época, apresentada como Igreja Inclusiva. Isso, no entanto, pode ser considerado um acontecimento discursivo não por ter sido um evento pomposo, notadamente abordado pela imprensa, mas por ter suscitado inúmeros debates e polêmicas quanto à conciliação entre diversidades sexual e de gênero e o protestantismo.

A instalação da ICM representava a chegada de uma igreja já experiente e consolidada em alguns países, como nos Estados Unidos, no México e na Argentina (MUSSKOPF, 2012), rompendo com a ideia de iniciativa isolada ou marginal, pois tinha na retaguarda uma organização com mais de 30 décadas, com igrejas instaladas em diferentes lugares. Além disso, essa igreja assumia um caráter ativista, que já ocorria no Brasil em outras manifestações sociais. Logo, o caráter religioso da ICM era reforçado por um forte posicionamento político (NATIVIDADE, 2010).

Em 2006, uma divisão interna na ICM resultou na abertura de outra denominação, a chamada Igreja Cristã Contemporânea (NATIVIDADE, 2010), que está, hoje em dia, entre as maiores denominações inclusivas no Brasil. Atualmente, é possível observar a fundação de diferentes igrejas inclusivas ao redor do Brasil, sempre advogando em prol do reconhecimento das diversidades e com características e propostas particulares.

---

<sup>8</sup> Coluna Gay Society do Jornal do Brasil de 04 de maio de 2004. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_12&pesq=%22igreja%20da%20comunidade%20metropolitana%22&pasta=ano%20200&hf=memoria.bn.br&pagfis=93318](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_12&pesq=%22igreja%20da%20comunidade%20metropolitana%22&pasta=ano%20200&hf=memoria.bn.br&pagfis=93318)>. Acesso em: 26 fev. 2022.

O acontecimento discursivo das igrejas inclusivas manifesta um posicionamento contrário a uma ordem religiosa consagrada ao longo dos séculos e objetiva criar um espaço que dialogue com o momento discursivo de inclusão na perspectiva de construir uma configuração discursiva pautada na diversidade. Alinhados à Zoppi-Fontana (2002, p. 182), acreditamos que

o acontecimento discursivo produz efeito de retorno (de deslocamento e desregularização) não só sobre a memória discursiva e as materialidades discursivas que a configuram, mas também sobre os próprios processos históricos e sociais dos quais o discurso participa como prática, agindo eficazmente na produção/transformação das relações sociais.

O acontecimento discursivo suscita debates e confrontos devido a (des)regularizações na memória discursiva mesmo antes de irromper; ao ganhar materialidade, esse acontecimento produz reformulações e rupturas. Todavia, isso nem sempre implica alterações imediatas numa conjuntura por uma quebra de paradigmas, mas sinaliza que os sentidos estão sempre em disputa. Ainda hoje, essas comunidades de fé enfrentam tentativas de desqualificação enquanto igreja e sofrem ataques que objetivam reduzi-las à ideia de igreja *para* sujeitos LGBTQIA+ ou, até mesmo, de uma igreja não legítima. Esses movimentos, respondendo a outras formações discursivas, comprovam a disputa de sentidos sempre em tensão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência das Igrejas inclusivas representa, como vimos, um acontecimento discursivo, o qual possibilitou a conciliação entre diversidades sexual e de gênero e protestantismo, ao menos no âmbito dessas igrejas.

Na primeira parte deste trabalho, apresentamos a Análise de Discurso como referencial teórico que sustenta este estudo. Explicamos, também, que o acontecimento discursivo é marcado pelo confronto entre posicionamentos antagônicos que ganham visibilidade com a irrupção de um evento histórico. Esses discursos entram em disputa

para se tornarem hegemônicos e naturalizados na memória discursiva, o que ocorreu muitas vezes ao longo da história quanto às diversidades sexual e de gênero.

Na segunda parte do texto, discutimos aspectos que propiciaram as condições de produção de discursos que contribuíram para que as igrejas inclusivas encontrassem um fértil espaço para emergência no Brasil. Ao mobilizarmos certas noções, como configuração discursiva e momento discursivo, discutimos os movimentos de (des)regularização da memória discursiva. Refletimos acerca de três momentos discursivos: o primeiro e o segundo objetivavam estabilizar os sentidos excludentes sobre as diversidades sexual e de gênero; o terceiro, ainda em curso, se movimenta para a construção de uma nova configuração discursiva a favor dessas diversidades.

Confiamos que as discussões apresentadas neste trabalho podem contribuir para o preenchimento de uma lacuna ainda existente na academia quanto aos estudos sobre diversidades sexual e de gênero e o protestantismo, bem como podem sinalizar a urgência de pesquisas sobre o papel que as igrejas inclusivas desempenham na sociedade no que tange ao reconhecimento e à legitimidade de dissidentes sexuais, não apenas nos espaços religiosos, mas também na vida em sociedade.

## REFERÊNCIAS

- CAMARGOS, M. L. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In: GREEN, James. et al. (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Alameda Editora, 2018, v. 1, p. 421-434.
- D'EMILIO, J. Capitalism and gay identity. In: PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. (orgs.). **Culture, Society and Sexuality**. 2 ed. London; New York: Routledge, 2007. p. 250-258.
- GIMÉNEZ, G. Análisis Materialista del Discurso. **disCurso Cuadernos de Teoría y Análisis**. n. 11, p. 09-10, enero-abril, 1991.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani. et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 11-38.

- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. 252p.
- LIMA, L. C. **Teologia e os LGBT+: perspectiva história e desafios contemporâneos**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2021. 195p.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes editores, 2003. 124p.
- MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 82p.
- MUSSKOPF, A. S. **Via(da)gens teológicas - Itinerários para uma teologia queer no Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012. 502p.
- MUSSKOPF, A. S. **“Fazemos a teologia que podemos”: igrejas inclusivas na América Latina de 1980 e 1990**. Belo Horizonte: Senso, 2021. 132p.
- NATIVIDADE, M. Uma homossexualidade santificada?: Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Religião & Sociedade**, v. 30, p. 90-121, 2010.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 181p.
- ORLANDI, E. P. Espaço da violência: o sentido da delinquência. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v.2, n. 51, p. 219-234, jul./dez. 2009.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015. 98p.
- ORLANDI, E. P. A ordem da língua e a dêixis discursiva (uma crítica ao linguisticamente correto). In: ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele: discurso e real da história**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2017a, p. 203-235.
- ORLANDI, E. P. Conhecimento e informação na vida social contemporânea. In: ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele: discurso e real da história**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2017b, p. 237-259.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. (orgs.). **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani. et. al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a, p. 59-158.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. et. al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014b. 287p.
- PÊCHEUX, M. Língua, “Linguagens”, Discurso. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. et. al. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015a, p. 121-129.



PÊCHEUX, M. A aplicação dos conceitos da linguística para a melhoria das técnicas de Análise de Conteúdo. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. et. al. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015b, p. 203-226.

PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. ORLANDI, Eni Pulcinelli (org). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. et. al. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015c, p. 151-161.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015e. 66p.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani. et. al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-249.

TREVISAN, J. S. Somos o quê mesmo? In: GREEN, James. et al. (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Alameda Editora, 2018, v. 1, p. 138-155.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. **Leitura**, [S. l.], v. 2, n. 30, p. 175–205, 2002.

ZOPPI-FONTANA, M. G. **Cidadãos modernos: discurso e representação**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014. 237p.

---

Recebido em: 04/05/2022 | Aprovado em: 26/08/2023  
Publicado em: 26/06/2025

---